



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº: 233/2004
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
SESSÃO DE 06/04/2004 - (43ª SESSÃO)
PROCESSO DE RECURSO N.º: 1/002963/2002 AI No. 1/200207821
RECORRENTE: SULIMAR MARITIMOS LTDA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CONSª RELATORA: ELIANE RESPLANDE FIGUEIREDO DE SÁ

EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE SAÍDAS. Falta de emissão de documentos fiscais por ocasião das operações a serem acobertadas por NF1 ou 1 A e série D. Saídas de partes, peças e componentes a serem utilizados nos serviços de reparo ou conserto de embarcações. Operação abrangida pelo Benefício Isencional conforme preconiza o art.6º, inciso XVI do Decreto 24.569/97. Conduta tipificada no art.878, III, “b’ do Dec.24.569/97, porém, por tratar-se de operação não tributada a multa a ser aplicada é a do art.881 do mesmo diploma legal. **RECURSO OFICIAL CONHECIDO. NEGADO PROVIMENTO. CONFIRMADA A DECISÃO PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** PROFERIDA EM 1ª INSTÂNCIA E EM ATO CONTÍNUO A **EXTINÇÃO DO PROCESSO EM RAZÃO DO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. UNANIMIDADE DE VOTOS.**

RELATÓRIO:

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: “Falta de emissão de documento fiscal quando se tratar de operação acobertada por Nota Fiscal Modelo 1 ou 1A ou série “D” (consumidor) – Omissão de Saídas. O contribuinte promoveu durante o exercício de 2000 saída de mercadorias diversas no valor de R\$ 181.774,54 sem a devida documentação fiscal exigida conforme demonstrativo e documentos fiscais em anexo”.

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.878, inciso III, alínea "b" do Dec.24.569/97.

A empresa autuada ingressa com defesa às fls.79.

Em Primeira Instância decidiu-se pela Parcial Procedência do lançamento em virtude da redução da penalidade por tratar-se de operação com peças para embarcação - caso de isenção do imposto. Decisão amparada nos Arts.127,I, 174, I, 169, I, c/c art.6, XVI todos do Decreto 24.569/97 com sanção prevista no art.878, III, "b" c/c art.881 do citado diploma legal. Cobrança de 30 UFIRs. Recurso de Ofício.

Através de Parecer de Nº 109/2004, a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do Recurso Oficial negando-lhe provimento no sentido de confirmar a decisão singular e em ato contínuo declarar a extinção do crédito tributário em face do pagamento consoante o inserto no art.63, II, "b" do Dec.25.468/99. Tudo referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

Eis, sucintamente o relatório.

VOTO:

A ação fiscal em tela teve como móvel a acusação de saída de mercadorias, durante o exercício de 2000 no valor de R\$ 181.774,54 (cento e oitenta e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) sem a devida documentação fiscal.

Acontece que, as operações que estavam supostamente desacobertadas das respectivas Notas Fiscais referem-se a saídas de partes, peças e componentes a serem utilizados nos serviços de reparo ou conserto de embarcações.

Tal assertiva constata-se através das Notas Fiscais de Entradas anexas aos autos, onde no campo "descrição do produto e informações complementares observa-se à indicação de que **"o material que ora segue é para aplicação na embarcação"**.

Aludida operação encontra-se abrangida pelo benefício isencional conforme preconiza o art.6º, inciso XVI do Decreto 24.569/97, in verbis:

"Art.6º- Ficam isentas do ICMS, sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação tributária estadual, as seguintes operações:

...omissis...

XVI - saída de embarcações construídas no País e a aplicação, pela indústria naval, de partes, peças e componentes, nos serviços de reparo, conserto e reconstrução daquelas embarcações, excetuando-se ... (Convênios ICMS nº 33/77 e ICMS nºs 01/92 e 102/96 – indeterminado) (G.N)

Depreende-se da inteligência do dispositivo legal supra transcrito que ocorre a isenção do ICMS quando da saída interna e interestadual de embarcações construídas em nosso território ou, então, quando da aplicação, pela indústria naval, de partes e peças e componentes nos serviços de reparo, conserto e reconstrução daquelas embarcações.

Trata-se, portanto, de isenção condicionada – embarcações construídas no País – e válida por prazo indeterminado.

Deste modo, irrefutavelmente houve a conduta de deixar de emitir documento fiscal conforme se encontra tipificada no art.878, inciso III, alínea “b” do Dec.24.569/97. Porém, aplicável ao caso em análise deve ser o dispositivo do Art.881 do Decreto 24.569/97, vez que, trata-se de operação não tributada e assim, a multa consiste no valor de 30 (trinta) UFIR, hoje, UFIRCE’S.

Isto posto, **VOTO** no sentido de:

Que se conheça do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, a fim de que seja confirmada a decisão Parcialmente Condenatória proferida em 1ª Instância com a aplicação da penalidade do art.878, III, “b” c/c art. 881 do Dec.24.569/97. Tudo de acordo com o parecer referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

DEMONSTRATIVO:

MULTA:.....30 UFIRCE's

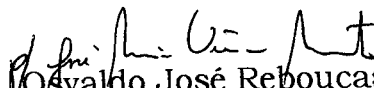
É o voto.

DECISÃO:

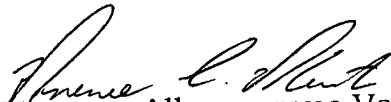
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é **RECORRENTE CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E RECORRIDO SULIMAR MARITIMOS LTDA**

RESOLVEM, os membros da Segunda Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial negar-lhe provimento para confirmar a decisão **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância e, em ato contínuo determinar a extinção do processo em razão do pagamento do crédito tributário, nos termos do voto da relatora e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. A conselheira Eridan Régis de Freitas declarou-se impedida de votar por ter funcionado no processo como julgadora de 1ª Instância.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS em Fortaleza, aos 01 de junho de 2004.


Rosvaldo José Rebouças
PRESIDENTE

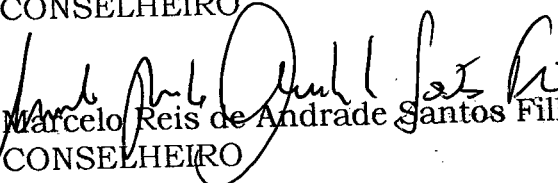

Eliane Resplande Figueiredo Sá
CONSELHEIRA RELATORA

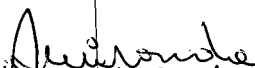

Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA


Dulcimeire Pereira Gomes
CONSELHEIRA

Rodolfo Licurgo Tertuliano de Oliveira
CONSELHEIRO

Eridan Régis de Freitas
CONSELHEIRA


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO